



Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes

Technical and Scientific Journal Green Cities

ISSN 2317-8604 Suporte Online / Online Support

Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 12, N. 37, 2024

As ocupações urbanas irregulares como marcas do desenvolvimento desigual do espaço: o caso de Londrina (PR)

The irregular urban occupations as marks of unequal spatial development: the case of Londrina (PR)

Las ocupaciones urbanas irregulares como marcas del desarrollo desigual del espacio: el caso de Londrina (PR)

Victoria Zaupa Montini

Graduada e mestrandona em Geografia, UEL, bolsista CAPES, Brasil.
victoria.zaupa@uel.br

Ariel Pereira da Silva Oliveira

Doutorando em Geografia, UNLP, Argentina.
aripso543@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello

Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, UEL, Brasil.
antonello@uel.br



RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a produção do espaço urbano em ocupações irregulares de Londrina (PR), entendidas como produtos da racionalidade capitalista, que promove o desenvolvimento espacial desigual em diversas escalas. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica e na coleta de dados em campo realizada em duas localidades: as ocupações irregulares Flores do Campo e Aparecidinha. Os resultados revelaram a fragmentação e a inter-relação contraditória entre diferentes áreas urbanas, que apresentam variados níveis de desenvolvimento e, consequentemente, demandas distintas. A desigualdade no desenvolvimento espacial é evidente nos elementos materiais que compõem a paisagem urbana, bem como na localização e qualidade das habitações e da infraestrutura básica. No entanto, reflete-se na qualidade de vida da população, no acesso ao mercado de trabalho e nas características sociodemográficas. Portanto, discutir essa problemática e articular as potencialidades do planejamento e da gestão do espaço urbano é essencial, pois essas são ferramentas fundamentais para reduzir as disparidades nos padrões de desenvolvimento.

Palavras-chave: planejamento urbano; desenvolvimento geográfico desigual; ocupações urbanas.

SUMMARY: *The present article aims to analyze irregular occupations as a result of the dynamics of the capitalist development model, which promotes spatial inequality on various scales. This phenomenon can be observed through the irregular occupations visited in the city of Londrina. The research was based on a literature review and field data collection conducted in two locations: the irregular occupations of Flores do Campo and Aparecidinha. The results revealed the fragmentation and contradictory interrelation between different urban areas, which present varied levels of development and, consequently, distinct demands. Spatial development inequality is evident in both the material elements that compose the urban landscape, such as the location and quality of housing and basic infrastructure, and in aspects related to the population's quality of life, access to the labor market, and sociodemographic characteristics. Therefore, discussing this issue and articulating the potential of spatial planning and management is essential, as these are fundamental tools for reducing disparities in development patterns.*

Keywords: urban planning; uneven geographical development; urban occupations.

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo analizar las ocupaciones irregulares como resultado de la dinámica del modelo de desarrollo capitalista, que promueve la desigualdad espacial a diversas escalas. Este fenómeno se observa en las ocupaciones irregulares visitadas en la ciudad de Londrina. La investigación se basó en una revisión bibliográfica y en la recolección de datos de campo en dos localidades: Flores do Campo y Aparecidinha. Los resultados revelaron la fragmentación y la interrelación contradictoria entre diferentes áreas urbanas, que presentan niveles variados de desarrollo y, consecuentemente, demandas distintas. La desigualdad en el desarrollo espacial es evidente tanto en los elementos materiales que componen el paisaje urbano, como en la ubicación y calidad de las viviendas y la infraestructura básica, así como en aspectos relacionados con la calidad de vida de la población, el acceso al mercado laboral y las características sociodemográficas. Por lo tanto, discutir esta problemática y articular las potencialidades de la planificación y gestión del espacio es esencial, ya que son herramientas fundamentales para reducir las disparidades en los patrones de desarrollo.*

Palabras clave: planificación urbana; desarrollo geográfico desigual; ocupaciones urbanas.



1. INTRODUÇÃO

A produção do espaço nos municípios de países capitalistas periféricos, como o Brasil, constitui um processo complexo e multifacetado, onde diferentes elementos se articulam de tal forma que criam níveis de desenvolvimento desiguais, passíveis de serem observados em diferentes escalas. Entender esse processo exige compreender que o espaço é um negócio para o capital, que lucra com sua produção, exploração, juros e renda. Sendo a desigualdade socioeconômica inerente ao sistema capitalista, ela se materializa de diferentes formas, como na apropriação desigual do espaço urbano e na qualidade de vida de uma parcela considerável da população, que passa a ter acesso restrito ou limitado a transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança, entre outros (MARICATO, 2013).

Os diferentes padrões de desenvolvimento na escala municipal, ocorrem concomitante a outros processos sociais como o de segregação e marginalização, se intensificando frente a uma lógica de urbanização espoliativa, em que grande parte da população desempregada ou com baixos salários, é privada dos benefícios urbanos, sendo forçada a buscar moradia em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura (MELCHIOR; ASARI, 2003). Os médios e grandes municípios brasileiros comumente seguem um padrão desigual de desenvolvimento urbano, que Maricato (2013) chama de simulacro, onde a cidade formal e planejada, nada mais é do que um pequeno recorte da realidade, parte de uma totalidade. Basta observar a paisagem e andar por ocupações irregulares estrategicamente escondidas para entendermos que o “direito à cidade” não é, de fato, um direito, mas a prerrogativa de uma classe.

Essas reflexões influenciaram a produção do presente artigo, que caracteriza e analisa algumas práticas e processos socioespaciais das ocupações irregulares (favelas) do município de Londrina, localizado no Norte do Paraná. Entendemos esses recortes da realidade como produto do modelo de desenvolvimento capitalista, que promove a desigualdade espacial em diversas escalas, incluindo a municipal. Além disso, nota-se que, embora as ocupações representem a luta pela legitimidade do direito à cidade, elas evidenciam um processo de violação dos direitos fundamentais de uma parcela da população, devido aos diversos processos socioespaciais de reprodução do capital (GOMES, 2021).

Quanto aos procedimentos metodológicos, para esta análise exploratória de natureza qualitativa, envolveu: (1) revisão bibliográfica sobre temas relacionados ao planejamento urbano e aos fenômenos do desenvolvimento geográfico desigual; e (2) trabalho de campo em duas realidades (ocupações irregulares/favelas) da cidade de Londrina, sendo elas: (a) a ocupação Aparecidinha; (b) a ocupação Flores do Campo.

A justificativa deste trabalho se assenta na importância e atualidade da discussão em torno do desenvolvimento geográfico desigual na geografia e no planejamento (FRESCA, 2010). Essas reflexões são de grande valia, por exemplo, na avaliação da efetividade dos instrumentos de intervenção no ordenamento do espaço, como o Estatuto da Cidade (2001), a fim de minimizar as nefastas consequências de realidades marcadas por essa lógica de desenvolvimento. O estudo de campo e o registro da realidade dessa população menos



favorecida e silenciada é uma maneira de dar visibilidade a um problema frequentemente ignorado pelo poder público. Mais do que isso, é um meio para compreender a questão de forma científica, crítica e politizada, fomentar o debate de ideias e propor soluções a curto, médio e longo prazo que possam ser replicadas em outros lugares.

Este texto se subdivide em duas partes: na primeira apresentaremos uma breve reflexão sobre o desenvolvimento desigual, que se consolidou como um tema de grande importância nos estudos econômicos, impulsionando a formulação de teorias que visam explicar e corrigir os desequilíbrios espaciais, ultrapassando o ambiente acadêmico e alcançando o âmbito das políticas públicas (VASCONCELOS; ANTONELLO, 2019). Essa discussão trouxe à Geografia a necessidade de aprofundar as reflexões sobre o desenvolvimento que pode ser entendido como um conjunto de mudanças nas diferentes esferas de uma sociedade, mas que na realidade brasileira, comumente se realiza de forma desigual nas regiões ou redes urbanas (FRESCA, 2010).

Na segunda parte, serão apresentadas as análises da realidade observada em campo, que nos mostraram que as ocupações irregulares possuem dinâmicas muito particulares, mas que muitas vezes se repetem e corroboram outros estudos sobre essa realidade de exclusão socioterritorial. Assim, entendemos que mapear e compreender as dinâmicas e práticas territoriais é importante, pois se trata de estratégias de resistência populares que, por muito tempo, foram rechaçadas pelo conhecimento científico hegemônico, mas se mostram eficazes para essa população resistir em um ambiente hostil, marcado por relações assimétricas de poder que colocam essas populações em posições subalternas e de elevada vulnerabilidade.

2. BREVE REVISÃO SOBRE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

Não há consenso na literatura sobre a origem e as causas do desenvolvimento desigual, seja no âmbito nacional, regional ou local. No entanto, é amplamente aceito que o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea no espaço e linear no tempo, um reflexo da própria natureza do sistema capitalista, no qual a desigualdade é regra, não exceção (VASCONCELOS; ANTONELLO, 2019).

Pode-se dizer que a obra “*A Riqueza das Nações*”, publicada em 1776 por Adam Smith, constitui uma discussão preliminar sobre o tema do crescimento e desenvolvimento econômico, na qual o autor defende a premissa de que o desenvolvimento decorre do aumento da proporção de trabalhadores produtivos, da redução do desemprego e do aumento da renda média da população, o que, a longo prazo, levaria à redistribuição de renda entre os agentes econômicos (LAMBERTI; GAMA, 2020).

Já no século XX, a obra “*Teoria do Desenvolvimento Econômico*”, publicada em 1911 por Joseph Schumpeter, distingue o crescimento do desenvolvimento, argumentando que durante o crescimento, a economia opera num sistema de fluxo circular de equilíbrio, enquanto o desenvolvimento, ocorre por meio de inovações tecnológicas proporcionadas por empresários inovadores e financiadas com crédito bancário (LAMBERTI; GAMA, 2020).

Segundo Vasconcelos e Antonello (2019), as primeiras teorias a tentar explicar o desenvolvimento desigual do espaço são chamadas de teorias espaciais ou de localização, que



explicam o processo como o resultado das diferenças na concentração da atividade produtiva. Para os autores, essas teorias buscavam estabelecer determinações geográficas ótimas que minimizam os custos e, consequentemente, maximizam os lucros. Para isso, apresentaram modelos explicativos, baseados em fórmulas matemáticas, indicando as razões das disparidades e concentração das atividades produtivas.

A Grande Depressão de 1930, revelou o drama social do desemprego e a urgente necessidade de intervenção do Estado na economia (LAMBERTI; GAMA, 2020). Essa situação se soma ao fato de que, de acordo com Vasconcelos e Antonello (2019), as teorias apresentadas até então passaram a ser consideradas estáticas e limitadas devido ao seu hiper foco na questão dos custos e lucros para a definição da localização ótima de uma unidade produtiva, contribuindo para que surgisse a necessidade de outras proposições teóricas explicativas que, na década de 1950, passaram a ter forte influência de Alfred Marshall e John M. Keynes, que defendiam a intervenção do Estado por acreditar que apenas “a mão invisível do mercado” não conseguia proporcionar equilíbrio ao sistema econômico e a superação das desigualdades regionais.

Não demorou para que uma atenção maior ao espaço passasse a ser dada nos estudos sobre desenvolvimento, e a relação possível de se estabelecer entre este processo e as diferenças espaciais, que se tornou um ponto de partida na análise geográfica do tema. Contribuições teóricas como a lei do desenvolvimento desigual e combinado, formulado por Trotsky, se faz pertinente, visto que proporciona base para compreender a desigualdade e sua relação entre a combinação de elementos que apesar de serem opostos e diferentes, possuem dinâmicas que coexistem e se relacionam mútua e contraditoriamente (FRESCA, 2010).

No caso da conhecida lei do desenvolvimento desigual e combinado, frequentemente mencionada por geógrafos interessados no tema, Theis (2009) ressalta que, embora sua origem esteja em Marx e Lênin, foi após a Revolução de 1905 e a partir de Trotsky que a noção de desenvolvimento desigual ganhou um significado mais preciso e articulado com a ideia de “combinado”, produzindo uma lei que não se restringe apenas à economia.

Nos anos 1980, principalmente por meio de David Harvey e Neil Smith, que a Geografia trouxe a questão das desigualdades socioespaciais para o centro do debate de forma mais nítida (THEIS, 2009). Não coincidentemente, pode-se dizer que até essa década, o planejamento no Brasil era marcado por uma visão tecnicista/positivista, na qual os técnicos, considerados detentores do saber competente, planejavam a cidade sem que o povo tivesse voz e vez (ANTONELLO; VEIGA, 2019).

Além disso, os aspectos sociais, políticos e culturais de cada país começaram a influenciar os debates, tornando-os mais amplos, complexos e heterogêneos. No caso do Brasil, o planejamento e a gestão do espaço urbano mudaram significativamente após 1988. Como apontam Antonello e Veiga (2019), com a promulgação da Constituição Cidadã, foram estabelecidos pressupostos para a ordenação do espaço, que se concretizaram operacionalmente com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001). Essa lei renovou a política urbana, introduzindo instrumentos para assegurar a função social da propriedade e a participação popular na elaboração dos planos diretores (LAGE, 2017).

Planejamento e gestão do território não são neutros, ocorrem imersos em uma miríade de interesses e ações de diferentes agentes que produzem o espaço, onde esmo com



os avanços desde a Lei 10.257, muitos deles ainda estão excluídos da cidade formal, o que faz com que ao produzirem sua existência, produzam também rationalidades, espacialidades, práticas e formas próprias, que são observáveis, por exemplo, em ocupações irregulares.

Vale pontuar ainda que novos elementos, característicos do atual período histórico, marcado por uma economia globalizada, passam a ter que ser considerados. Sposito (2014), com base em Paul Singer, destaca que os países que não controlam grandes porções do mercado mundial e não possuem o capital (financeiro e tecnológico) necessário para a industrialização, não conseguem alcançar o desenvolvimento. Para a autora, o que de fato se tem é “[...] o desenvolvimento do modo de produção capitalista [...] e a expansão em outros territórios, subordinando suas economias nacionais ao capitalismo “central”, a partir da industrialização, ocasionando uma relação de dependência específica” (SPOSITO, 2014, p. 69).

Análises como essa, podem ser classificadas como representante da noção de desenvolvimento geográfico desigual, que para Theis (2009) reflete os esforços especialmente de geógrafos de construir uma teoria do desenvolvimento desigual, inspirada na lei do desenvolvimento desigual e combinado, mas com o intuito de valorizar o espaço, ou seja, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países.

A preocupação com o desenvolvimento desigual remete às concepções de planejamento, pois a desigualdade socioespacial é, ou deveria ser, foco das diretrizes do planejamento e gestão urbanos. Segundo Souza (2006) as ações de planejamento vinculadas a uma perspectiva conservadora, sinônimo de intervenção estatal a serviço dos interesses capitalistas, levaram a que o planejamento fosse visto com desconfiança por muito tempo. Nesse contexto, o autor ressalta que desprezar a atividade de planejamento equivale a celebrar o improviso como norma, aumentando as chances de fracasso.

Quando analisamos especificamente a produção do espaço urbano de uma cidade, podemos observar que os índices de urbanização variam significativamente e são determinados pelo tipo de dominação e subordinação historicamente estabelecidos no âmbito local. Assim, o planejamento urbano se coloca como uma importante ferramenta para diminuir as disparidades e isso se dá, por exemplo, via plano diretor, que deve ser aprovado por lei municipal e se constitui em instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (COSTA; ANTONELLO, 2015).

Como se pode observar, a discussão sobre planejamento não é recente nos estudos econômicos. Essa questão se tornou uma importante área de análise geográfica, uma vez que os diferentes níveis de desenvolvimento se manifestam no espaço, expressão de uma matriz de ordenamento do território pautada na lógica do desenvolvimento desigual. Observou-se que, à medida que a sociedade se transforma ao longo do tempo, novos elementos precisam ser considerados nesse debate. Embora diversas estratégias tenham sido propostas ao longo do tempo para reduzir as desigualdades sociais resultantes dessa matriz de desenvolvimento, desde 2001 o Brasil conta com o Estatuto da Cidade. Essa lei oferece instrumentos de intervenção na realidade que podem contribuir para planejar um futuro com menos desigualdade socioespacial e mais qualidade de vida, especialmente para as classes mais populares.



3. O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL COMO MARCA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO: REFLEXÕES SOBRE AS OCUPAÇÕES URBANAS E IRREGULARES DE LONDRINA

Neste tópico, realizaremos uma análise da realidade observada e apreendida no estudo de campo, com o intuito de trazer elementos empíricos para a discussão do desenvolvimento geográfico desigual e do planejamento urbano. Percebe-se que, em Londrina, esse padrão de desenvolvimento é potencializado pelo mercado imobiliário, fortemente associado a outros processos, como a segregação socioespacial. Conforme explica Maricato (2003), a realidade das ocupações é uma das formas em que a desigualdade se materializa, ocasionando inacessibilidade a serviços básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, maior exposição à violência racial e de gênero (oriunda inclusive das forças de segurança pública), entre outros problemas.

Nas ocupações irregulares visitadas se percebeu a manifestação de uma racionalidade própria na forma como os sujeitos ocupam e produzem os territórios, sendo resultado direto de estratégias voltadas à satisfação de necessidades básicas, onde o Estado se faz ausente. No entanto, vale pontuar que a realidade que se observou em Londrina não está escancarada, mas estrategicamente invisibilizada, pois as ocupações irregulares se encontram fora do circuito que recebe a atenção do poder público, do mercado imobiliário, do setor turístico e das estratégias de planejamento da cidade formal, situando-se em lugares que não incomodam os atores hegemônicos que produzem o espaço londrinense formal.

3.1. O caso da ocupação Flores do campo

Como já dito, em Londrina as ocupações irregulares comumente se localizam em espaços escondidos, distantes das paisagens usadas como cartão postal para vender a ideia de cidade moderna, dinâmica e de economia pujante. As ocupações irregulares refletem uma das principais características da produção do espaço em cidades capitalistas periféricas, o desenvolvimento geográfico desigual que, segundo Theis (2009) não restringe as análises na desigualdade socioeconômica entre os espaços, mas a produzida pela lógica do capital.

Em Londrina percebe-se a atuação de fortes construtoras e incorporadoras que têm mudado ano após ano a paisagem urbana, tornando-a cada vez mais verticalizada. O bairro Gleba Palhano é um caso representativo da atuação do mercado imobiliário que lucra com a venda e locação de apartamentos de médio e alto padrão.

Conforme relatado pelo Jornal Folha de Londrina (2023), houve um aumento significativo no número de pessoas vivendo em áreas irregulares, como em fundos de vale (nas margens dos rios urbanos), após a pandemia, totalizando 3.500 famílias. Esse cenário evidencia a urgência de políticas habitacionais em âmbito estadual, federal e municipal, como os programas de regularização fundiária, por exemplo, que possibilitaria que o município fornecesse infraestrutura básica como: asfalto, energia elétrica e coleta de lixo, para algumas dessas ocupações e assentamentos (figura 1).

De acordo com Santos, Zanon, Veiga e Cordeiro (2023), o Residencial Flores do Campo (figura 2) foi projetado como um empreendimento habitacional financiado pelo Programa

Minha Casa Minha Vida. No entanto, as obras foram paralisadas, em 2014, devido à falta de repasse financeiro do governo federal, com apenas 48% da construção concluída. Segundo os autores, no final de 2015, muitas das unidades habitacionais, apesar de incompletas e em condições precárias, foram ocupadas. Sem acesso à água e energia elétrica, os moradores improvisaram ligações para utilizar os serviços do bairro vizinho, Jardim Catuá.

Figura 1-Via de acesso no interior da Ocupação Flores do Campo



Fonte: França (2021).

Figura 2-Paisagem panorâmica da Ocupação Flores do Campo em 2016



Fonte: Ruiz (2017).

Santos, Zanon, Veiga e Cordeiro (2023) explicam que a quantidade de famílias vivendo no Flores do Campo tem variado nos últimos anos. Segundo a COHAB-LD (Companhia de Habitação de Londrina), em 2017, havia cerca de 401 famílias na ocupação. No entanto, um levantamento realizado pelo mesmo órgão, em 2018, indicou aproximadamente 144 famílias, já em 2019, esse número caiu para 131 famílias. Esse decréscimo se deve às várias tentativas de reintegração de posse promovidas pelo poder público que geraram insegurança, levando muitas famílias a saírem do local.

No entanto, segundo informações extraoficiais obtidas no trabalho de campo (2022) junto aos moradores da ocupação, vivem aproximadamente 3.000 pessoas, quase 400 famílias. Apesar de a maioria ser brasileiros, há um contingente significativo de imigrantes internacionais de países como Venezuela, Argentina, Chile, Haiti, entre outros. Em conversas com uma imigrante venezuelana, ela afirmou que migrar foi a única opção, pois mesmo com formação acadêmica, não conseguia trabalho que lhe permitisse ter o mínimo necessário para o sustento familiar.

De acordo com Asari e Gouveia (1981) a existência desses espaços destoantes, marcados por condições precárias de vida é, em grande parte, produto da incapacidade do município em lidar com o contingente de migrantes que buscam por melhores condições de vida, fazendo com que eles se dirigiam aos locais mais periféricos, sem infraestrutura razoável (como escolas, postos de saúde, etc.). Se no período em o trabalho citado foi escrito a preocupação se resumia às migrações internas, hoje o problema se complexificou, pois boa parte da população dessa ocupação é oriunda de outros países.

Ao andar na ocupação foco desta análise foi possível notar a dura realidade, ao qual eles estavam submetidos, no entanto, não se pode dizer que eles eram excluídos das dinâmicas socioeconômicas e urbanas londrinenses, mas estavam incluídos de forma precarizada. De acordo com Martins (2012) o que há na sociedade capitalista são processos sociais excludentes, mas não exclusões consumadas, definitivas e irremediáveis, ou seja, há um movimento de



exclusão e contraditoriamente um de inclusão, mas de forma degradada, em condições sociais adversas.

Isso ficou evidente no contato que tivemos com uma das ocupantes que nos acompanhou durante o trabalho de campo e nos auxiliou na compreensão das dinâmicas e práticas socioespaciais no interior da ocupação, ela afirmou que a comunidade está organizada e interconectada por meio da internet, que se coloca como uma ferramenta fundamental, pois é por meio do grupo de *WhatsApp* que se organizam coletivamente, não só na luta pela defesa do direito de ocupar esse espaço, mas também na cooperação e solidariedade que se estabelece entre eles.

Assim, mesmo marginalizados da chamada “cidade formal”, eles não estão alheios à lógica do capital. São clientes dos serviços de telefonia móvel, na qual a informação e a comunicação são usadas estratégicamente para assegurar sua existência, que se fortalece quando se unem em comunidade e se organizam em torno de objetivos comuns. Um exemplo disso é o fato de ser comum a chegada de famílias que não trazem consigo nada mais que a roupa do corpo, nesses casos a comunidade se organiza levando-os até uma das casas disponíveis e equiparando-a com móveis e eletrodomésticos básicos. Segundo ela: “às vezes chega uma família sem nada, a gente se comunica pelo WhatsApp, pergunta quem tem um liquidificador, um televisor, uma cama que pode doar, com base no pouco que a cada um doa dá para montar a casa e colocar a família lá dentro” (Relato obtido em campo, 8 de outubro de 2022).

Desse modo, observamos na prática, um elemento teórico: o espaço que apresenta um desenvolvimento desigual permite que setores extremamente modernos da economia coexistam de forma combinada com outros mais atrasados. Ao adentrar no espaço vivido das ocupações nota-se diversas formas de coexistência combinada de diferentes níveis de desenvolvimento, um traço da contradição típica do capitalismo.

Um dos ocupantes que tem posição de liderança, nos explicou que a comunidade já conta com o serviço de internet de fibra óptica, o plano mais barato custa R \$89,90 e a maioria da população paga pelo serviço, pois como já assinalado, a internet é uma ferramenta fundamental. Segundo ele, a maioria das pessoas trabalha e consegue pagar por serviços básicos como de água e luz, no entanto, o que se observa é a predominância de ligações clandestinas, popularmente conhecidas como “gatos”, uma vez que se encontram na “cidade informal”. Na figura 3 é possível visualizar uma antena para sintonização de canais fechados de televisão, uma situação muito similar à observada por Oliveira, Davi e Antonello (2020) na ocupação “córrego sem dúvida”, na mesma cidade.

Conforme apreende-se via relato obtido em campo; e como é possível visualizar na figura 4, ainda existem unidades passíveis de ocupação, as unidades em melhores condições já foram ocupadas, no caso da ocupação Flores do Campo. Essas unidades possuem uma estrutura muito básica e rudimentar: não há janelas, portas ou qualquer tipo de acabamento, pois a ocupação se deu numa obra inacabada e abandonada pela construtora que utilizou verba do Programa Minha casa Minha Vida (SANTOS; ZANON; VEIGA; CORDEIRO, 2023).

Não há calçadas para acessar o local, o mato está alto e pode esconder animais peçonhentos e venenosos, como serpentes e aranhas. Ademais, não há esgoto, energia elétrica, distribuição de água ou local apropriado para descarte do lixo.

Figura 3- Elementos paisagísticos da ocupação



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Figura 4- Unidades inacabadas ainda vazias, com potencial de ocupação.



Fonte: Trabalho de campo, 2022

O estudo de Santos, Zanon, Veiga e Cordeiro (2023) destaca a renda como um dos principais problemas enfrentados pelos moradores do Residencial Flores do Campo. Em 2017, cerca de 38% dos residentes declararam receber, entre 0 e R\$700,00 por mês; no ano seguinte, 59% declararam não possuir renda; em 2019, esse percentual era de 57%; e, em 2021, 38% dos moradores continuavam sem renda. Esses números evidenciam a vulnerabilidade dessas famílias, que vivem sem condições financeiras para suprir necessidades básicas como alimentação, vestuário, moradia e saúde.

Muitos moradores desempregados sobrevivem fazendo “bicos”, no entanto, essas atividades são esporádicas e não garantem uma renda estável para os moradores da ocupação (SANTOS; ZANON; VEIGA; CORDEIRO, 2023). Durante o trabalho de campo foi possível notar o desenvolvimento de pequenas atividades comerciais, elas são reflexo da forma como a comunidade se organiza para atender demandas, já que mercado formal e poder público não as suprem. Nas figuras 5 e 6 é possível observar a oferta de serviços de barbeiro, sendo uma alternativa para que aqueles que buscam por esse serviço e tem dificuldade de mobilidade para sair da comunidade, contribuindo para a circulação de dinheiro entre os próprios ocupantes.

Figura 5- Serviços oferecidos dentro da ocupação



Fonte: Trabalho de campo (2022).

Figura 6- Prestação de serviços de mecânica e borracharia no interior da ocupação



Fonte: Monteiro (2016).

Nessa ocupação, conforme assinalado anteriormente, há a presença de muitos imigrantes, nesse trabalho de campo tivemos a oportunidade de ouvir uma imigrante



venezuelana, em seu discurso, chamou a atenção que não tinha críticas quanto a situação em que estava vivendo, não reclamava das grandes distâncias para acessar locais de assistência à saúde, a educação dos filhos, tampouco da falta de coleta de lixo, transporte público entre outras. Ela estava muito grata por ter um teto para morar.

O discurso dessa migrante pode ser lido como expressão do sentimento de provisoriação discutido por Sayad (1998), segundo ele, esse sentimento acompanha a sociedade de origem, destino e o próprio migrante. No caso do migrante, ele tenta se convencer que toda a dificuldade sofrida é um mal passageiro que vai se findar um dia, muitas vezes na migração de retorno. O sentimento de provisoriação faz com que os migrantes não se sintam sujeitos detentores de direitos, com vez e voz de demandar em âmbito político que suas necessidades básicas sejam asseguradas pelo Estado.

De acordo com Santos, Zanon, Veiga e Cordeiro (2023), os equipamentos públicos estão muito longes da ocupação. A Unidade Básica de Saúde (UBS) Aquiles Stenghel está a cerca de 1,76 km da ocupação, enquanto a UBS João Paz fica a 1,91 km e o Hospital Zona Norte a 2,97 km. A instituição de ensino básico mais próxima está a aproximadamente 1,80 km, com outras escolas localizadas a 1,92 km, 1,98 km e 2,05 km de distância. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atende a região da ocupação está a 1,95 km.

Essas distâncias podem ser ainda maiores na prática, pois os moradores do Flores do Campo precisam caminhar por uma estrada de chão íngreme para chegar à rodovia e pegar o transporte coletivo necessário para acessar os serviços públicos desejados.

3.2. O caso da ocupação Nossa Senhora Aparecida – “Aparecidinha”

A ocupação Aparecidinha se localiza na Região Norte da cidade, ao lado do Jardim São Jorge, que no passado foi uma ocupação. De acordo com Melchior e Asari (2003) o São Jorge foi inicialmente ocupado em 1997, sendo uma área que depois foi considerada apta a regularização pela Companhia de Habitação de Londrina (COHAB). No momento em que a pesquisa das autoras foi realizada não existia asfalto, unidades básicas de saúde ou escolas, uma situação completamente diferente do que se observa atualmente. De acordo com Gomes (2021) a ocupação do Aparecidinha se deu mediante amigos e familiares dos ocupantes que eram moradores, principalmente do Jardim São Jorge.

A ocupação Aparecidinha teve início no ano 2000, quando cerca de 30 famílias chegaram ao local, atendendo a uma demanda específica por moradia e assistidas pela Federação dos Moradores de Assentamento e Sem-Teto de Londrina (FASTEL), fazendo com que em menos de três dias, o número de famílias ocupantes já havia chegado a 280 (GOMES, 2021). Em 2009, a COHAB-LD identificou 205 famílias no local, essa população foi removida para o Jardim Horizonte II, em 2012, por meio do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, deixando o Aparecidinha desocupado até 2014.

No entanto, como o terreno continuou sem cumprir sua função social, houve uma reocupação com 248 famílias e 240 barracos construídos ou em processo de autoconstrução, já em 2017, foram mapeadas 617 famílias e 614 demarcações de lotes/edificações (ALVES; SOUZA, 2019). A comparação das figuras 7 e 8 nos permite observar o crescimento da ocupação entre os anos de 2011 e 2020.

Figura 7- Ocupação Aparecidinha em 2011.



Fonte: Delfino (2022, p.46).

Figura 8- Ocupação Aparecidinha em 2020.



Fonte: Delfino (2022, p.48).

O trabalho de campo, junto a pesquisas anteriores no Aparecidinha, revela que este é um problema antigo e que as ações do poder público de diferentes governos, têm sido ineficazes. Essa realidade reforça a tese de que o planejamento deve ser pensado concomitantemente à gestão. Como destaca Souza (2006), planejar significa tentar prever a evolução de fenômenos, explicitar intenções de ação e estabelecer metas e diretrizes, enquanto a gestão remete ao presente com o intuito de colocar em prática o que foi planejado, administrando os recursos disponíveis e atendendo também às necessidades imediatas.

No entanto, é notável ao longo do tempo, que foram sucessivas dificuldades de planejar em prol de interesses coletivos e das camadas populares, as quais sofrem com precariedade habitacional fruto da lógica desigual da produção do espaço urbano, na qual o valor de troca do solo se sobressai em detrimento ao valor de uso, este último que se assenta a função social da propriedade. Assim, as ocupações como a do Aparecidinha são expressões de resistência de uma população que não aceitou passivamente as condições impostas e passam atuar de maneira autônoma, já que não puderam contar com as benesses de um planejamento includente no passado (GOMES, 2021).

O desenvolvimento geográfico desigual, cria um solo fértil para o surgimento de ocupações como essa. Portanto, um planejamento e gestão eficaz devem buscar estratégias para solucionar os problemas atuais e evitar que essa realidade se repita no futuro ao se articular as propostas de um desenvolvimento urbano visando o direito à cidade para a população carente. As ações governamentais não devem se restringir a medidas imediatistas e pontuais, que muitas vezes não resolvem os problemas de forma eficaz e servem apenas como palanque e promoção política (DELFINO, 2022). Essa postura nos coloca em contato com autores como Matus (2006), que define o planejamento como o ato de pensar antes de atuar, pensar por meio de método e de maneira sistemática, considerando possibilidades, vantagens e desvantagens futuras, pois “[...] lo que puede o no ocurrir mañana decide si mis acciones de hoy son eficaces o ineficaces” (MATUS, 2006, p. 18).

No entanto, o que ainda se nota ao se conhecer as ocupações de Londrina, é que o Estado, a partir das dinâmicas de planejamento, conduz ações coerentes com a lógica capitalista,



onde o solo urbano é mera mercadoria usada para atender interesses da classe dominante e hegemônica. A ação dos grupos subalternos e mobilizações sociais é um movimento de luta pela moradia, no contexto da falta ou limitação de políticas habitacionais ou pela impossibilidade de acesso ao mercado formal (GOMES, 2021). Além disso, é comum que o Estado, por meio de seu aparato repressor, infrinja os direitos humanos básicos dessa população ao desapropriar famílias, frequentemente de forma violenta e sem qualquer plano de ação, remoção ou reparação (DELFINO, 2022).

Adentrou-se para se conhecer a ocupação Aparecidinha mediante o apoio de uma associação que presta assistência social à população, essa associação é resultado de uma iniciativa dos próprios moradores, e funciona com doações. Junto com os representantes desta associação, foi possível observar que o espaço é ocupado por famílias em situação de vulnerabilidade, que se manifesta nas moradias em situação precária, no perfil sociodemográfico, marcado por exemplo, pela baixa escolaridade que repercute na dificuldade de inserção no mercado de trabalho, entre as demais ausências de infraestrutura técnica e social.

Nesse sentido, convém resgatar o trabalho de Delfino (2022) que ao cruzar as informações sobre o baixo nível de escolaridade e renda, constatou que ambas estão relacionadas à condição de ocupação dos moradores em idade produtiva, fazendo com que 48,8% dos chefes de família enfrentam a situação do desemprego, situação que se agravou após a pandemia de COVID-19, quando muitos perderam seus trabalhos e enfrentam pouquíssimas chances de reinserção no mercado formal, agravando a situação de inúmeras famílias que sobrevivem na ocupação. O autor constatou que uma pequena parcela, representando 9,3%, está inserida no mercado formal.

Uma das representantes da associação que nos acompanhou, afirma que já não há espaço para novas moradias no Aparecidinha, mesmo assim, é possível encontrar casos em que a família ao crescer exige que sejam feitos os famosos “puxadinhos” para acomodar os novos membros. Essa situação é similar à identificada no estudo realizado por Oliveira, Davi e Antonello (2020) em outra ocupação, sendo uma prática comum para abrigar um filho recém-casado ou para começar um negócio pequeno para ter uma complementação de renda “[...] independente do motivo, cada parede levantada é uma conquista e cada tijolo assentado é um ato político de resistência e informa que essa população vai permanecer na cidade seja a cidade formal ou não” (OLIVEIRA; DAVI; ANTONELLO, 2020, p. 41).

Observou-se nos trabalhos de campo, que assim como em outros estudos sobre ocupações irregulares (MELCHIOR; ASARI, 2003) e (OLIVEIRA; DAVI; ANTONELLO, 2021), uma forma utilizada pelos moradores dos assentamentos para a construção de suas casas é a autoconstrução, onde os trabalhadores utilizam seu tempo livre para estarem construindo suas moradias, uma vez que o cansaço físico compensaria o gasto econômico que teriam para que alguém construísse para eles, além da dificuldade financeira que essas famílias vivenciam no dia a dia.

Apesar de as propriedades não serem regularizadas, existe a prática da compra e venda, no estudo de campo percebeu-se o caso de uma ocupante que estava construindo sua casa em um terreno obtido junto a COHAB-LD, por conta disso, resolveu vender a casa da



ocupação sem documentação por aproximadamente R\$4.000,00, para investir na construção da nova moradia.

Conforme observado nas características e dinâmicas analisadas, a realidade dessa população é marcada por diversas privações e adversidades, diferente das áreas mais desenvolvidas da cidade. Uma das poucas ferramentas eficazes de intervenção nessa realidade é o planejamento. No entanto, se este não for utilizado para promover mudanças qualitativas e estruturais, abrangendo as dimensões socioeconômica, política e institucional, o verdadeiro desenvolvimento não será alcançado, mesmo que o município tenha crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos pressupostos apresentados nesta análise, buscou-se evidenciar que as ocupações irregulares (favelas) de Londrina refletem o fenômeno da segregação socioeconômica, que se articula a outros, como o desenvolvimento geograficamente desigual, uma característica inerente ao sistema capitalista passível de ser observada, pois está impressa na paisagem. A revisão bibliográfica e o trabalho de campo corroboraram que o desenvolvimento desigual se materializa no espaço de maneiras distintas, resultando em organizações diferenciadas do espaço em diferentes escalas. Ademais, o padrão de desenvolvimento espacial desigual não se resume à qualidade das habitações, da infraestrutura básica e das condições de acesso a ela, mas envolve as características sociodemográficas da população, caracterizada pela presença significativa de imigrantes e pessoas em situação de desemprego/subemprego.

Verificou-se que as ocupações surgem devido a questões estruturais e conjunturais complexas, como o déficit habitacional, onde sem alternativas, as pessoas encontram nessas ocupações uma forma precarizada de acessar a moradia, resultando em comunidades marginalizadas e desprovidas de direitos e equipamentos básicos. As ocupações são lugares aonde o Estado não chega plenamente, ou seja, onde as pessoas e seus direitos são desconsiderados (DELFINO, 2022). Assim, essas ocupações são um indicativo das falhas estruturais no planejamento urbano e política urbanas/habitacionais em diversas escalas, evidenciando as profundas disparidades sociais e econômicas que caracterizam as cidades.

Desse modo, em memória aos escritos de Souza (2006) é necessário não apenas crer nas possibilidades utópicas ou cenários possíveis, mas acumular forças e engendrar situações que propiciem a produção de sujeitos com consciência dos direitos dentro de uma sociedade heterônoma, ou ainda, que os pesquisadores estejam firme em metodologias que tornem possível esboçar o real por meio de novos conceitos.

Entendemos que para superar esse padrão de desenvolvimento desigual, é crucial repensar as estratégias de planejamento urbano, compreendida como uma ferramenta importante para mitigar as disparidades espaciais a fim de promover um desenvolvimento urbano mais equilibrado. Além disso, políticas de regularização fundiária e investimentos em áreas marginalizadas são fundamentais para criar um ambiente urbano mais justo e com qualidade de vida para essa população.

No entanto, o planejamento urbano não deve ser uma prática de cima para baixo, mas sim participativo, no qual a população afetada tenha um espaço para expressar suas demandas



e anseios, tendo, portanto, uma participação ativa no processo de ordenamento do espaço, garantindo que as soluções propostas sejam adequadas às suas necessidades.

Esse modelo de planejamento, que envolve os cidadãos em todas as etapas, promove não apenas a justiça social, mas fortalece a coesão comunitária e a legitimidade das políticas sociais. Sabemos que incluir essa população nos espaços consultivos e deliberativos de planejamento não é simples, essa solução esbarra em inúmeras dificuldades, como a dificuldade de acesso dos moradores dessas ocupações nesses espaços, já que eles não são servidos do serviço de transporte público e mesmo que fossem, muitos não têm condições financeiras sequer para arcar com a passagem.

No entanto, já há experiências positivas quando a população dessas comunidades (mais ou menos desenvolvida), recebem o apoio de outros atores sociais, como representantes da universidade. Uma experiência de docentes do curso de Geografia e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, apresentaram bons resultados. Foram realizadas oito pré-conferências de habitação de interesse social, em diferentes locais (ocupações, assentamentos, bairros) de Londrina, para ouvir as demandas da população, sistematizar as propostas, escolher representantes e fazer com que essas comunidades se fizessem presentes nos espaços formais de demanda de decisão.

Experiências como esta, mostram que é possível pensar e atuar conjuntamente em prol da efetivação de um planejamento urbano não excludente, onde as mazelas sociais causadas pelos diferentes padrões de desenvolvimento capitalistas, sejam minimizadas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.; SOUZA, T. O retrato da exclusão urbana: Ocupação Nossa Senhora Aparecida – Londrina - Pr. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, 3., Londrina, *Anais* [...], Londrina, 2019.
- ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A. As formas de participação da sociedade: o desafio da experiência participativa na revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina – PR- 2018. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, 3., Londrina, *Anais* [...], Londrina, 2019.
- ASARI, A. Y.; GOUVEIA, S. L. Do campo à periferia: características socioeconômicas e suas implicações no conjunto urbano de Londrina. *Terra e cultura*, v.1, n.1, p.82-92, 1981.
- COSTA, E. M.; ANTONELLO, I. T. **Discussão metodológica de avaliação de desenvolvimento de política públicas de ordenamento do território:** a experiência no território português. In: 11º Encontro Nacional da ANPEGE. Presidente Prudente, *Anais* [...], Presidente Prudente, 2015, p. 4078-4090.
- DELFINO, T. S. **Loteamento Jequitibá:** Proposta da COHAB-LD para a Ocupação Aparecidinha – Londrina. 2022. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.
- FOLHA DE LONDRINA. **Londrina tem 3.500 famílias vivendo em áreas irregulares**, 7 Dez. 2023. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/londrina-tem-3500-familias-vivendo-em-areas-irregulares-3242679e.html?d=1>>. Acesso em 16 mai. 2024.
- FRANÇA, C. **Famílias do Flores do Campo enfrentam crise e medo do despejo.** Londrina: Lume Rede de Jornalistas, 2021. Disponível em: <https://redelume.com.br/2021/04/13/familias-do-flores-do-campo-enfrentam-crise-e-medo-do-despejo/>. Acesso em: 1 mar. 2023.
- FRESCA, T. M. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. *Geografia*, v.19, n.2, p.115-128, 2010.
- GOMES, T. M. A disputa pela terra e a negação do direito à moradia: o caso da ocupação “Aparecidinha” em Londrina/PR. *Geografia*, Londrina, v. 30. n. 2. p. 27 – 46, 2021.



KAYSER, B. O Geógrafo e a pesquisa de campo. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, n.11, p.25-40, 1985.

LAGE, S. D. L. O planejamento urbano para além da oposição urbano-rural: perspectivas e desafios para a consolidação no Brasil de sistemas e práticas integradas pelo planejamento territorial. **Ocolumn**, v.14, n.1, p.155-166, 2017.

LAMBERTI, E.; GAMA, V. A. Geografia e economia: conexões a partir da temática do desenvolvimento. In: SILVA, P. F. J.; SPOSITO, E. S.; SANTANA, M. U. S. (Org.). **Geografia e economia: relações e interfaces**. Dourados: Editora UEMS, 2020, p. 32-48.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E [et.al]. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 18-26.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151– 167, 2003.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MELCHIOR, L.; ASARI, A. Y. Ocupações urbanas de Londrina-Pr e as migrações internas. **Geografia**, v.12, n.1, p. 545-557, 2003.

MONTEIRO, P. No meio da poeira: Residencial Flores do Campo, na zona norte de Londrina, já tem ‘cara’ de cidade. Jornal O Bonde, Londrina, 14 nov. 2016. Disponível em:
<https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/residencial-flores-do-campo-na-zonanorte-de-londrina-ja-tem-cara-de-cidade-427708.html>. Acesso em: 1 mar. 2023.

OLIVEIRA, A. P. S.; ANTONELO, I. T. Renda urbana como práxis territorial: estratégia popular de sobrevivência no espaço urbano. In: ANTONELO, I. T.; MOURA, J. D. P; VENDRAME, P. R. S (Org.). **Interfaces socioespaciais e geoambientais**. Londrina: PPGEO-UEL, 2021, p. 54-79.

OLIVEIRA, A. P. S.; DAVI, A. N.; ANTONELO, I. T. Atores que produzem e moldam o espaço urbano: a autoconstrução como expressão do saber popular na ocupação do Córrego Sem Dúvida em Londrina (Paraná, Brasil). **Geographia Opportuno Tempore**, v. 6, n.2, p. 24–42, 2021.

RUIZ, G. P. **Ocupação em Londrina conquista transporte público**. Brasil de Fato, Londrina, 15 set. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2017/09/15/pr-ocupacao-em-londrina-conquistatransporte-publico>. Acesso em: 1 mar. 2023.

SANTOS, B. B.; ZANON, E. R.; VEIGA, L. A.; CORDEIRO, S. M. A. A ocupação Flores do Campo: o acesso dos moradores aos serviços públicos e sociais do território e entorno. **Revista de la Economía Latinoamericana**, v.21, n.7, p. 7660-7682, 2023.

SAQUET, M. A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16. Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos cadernos NAEA**, v.12, n.2, p. 241-253, 2009.

VASCONCELOS, L. H. C.; ANTONELO, I. T. Perspectivas teóricas sobre desenvolvimento regional. **Sociedade e Território**, v. 31, n. 2, p. 263-281, 2019.

VOLPATO, A.N.; RUIZ, G.P. Comunicação popular e comunitária como alternativa à imprensa londrinense: um estudo da ocupação Flores do campo. **Revista ALTERJOR**, v.2, p.66-83, 2020.



Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes

Technical and Scientific Journal Green Cities

ISSN 2317-8604 Suporte Online / Online Support

Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 12, N. 37, 2024

TAINÉ, L. **Organizados para vender e fazer amigos.** Folha de Londrina, 04 jan. 2019. Disponível em:<https://www.folhadelondrina.com.br/folha-mais/organizados-para-vender-e-fazer-amigos-1023745.html> =amp. Acesso em: 11 out. 2022.